

**ST 13 – AGENTES, REDES E INSTITUIÇÕES NO IMPÉRIO
ULTRAMARINO PORTUGUÊS: PERSPECTIVAS GLOBAIS**

O Maranhão na miríade do Diretório: o processo de fundação de vilas e lugares de índios (segunda metade do século XVIII)

Maranhão in the Directory's myriad: the process of founding Indian villages and places (second half of the 18th century)

Felipe William dos Santos Silva¹

A ocupação dos interiores maranhenses: abordagens e reflexões

Em 1757, seria promulgada uma série de instruções que causaram uma inflexão no modo de pensar a ocupação do Norte luso-americano, o Diretório dos Índios. Mecanismo de consolidar a presença portuguesa nos rincões do Norte luso-americano, o Diretório consubstanciou, ao longo de seus 95 parágrafos, um modelo de colonização que não apenas visaria o guarnecimento do território, como também indica um ideal de civilização a ser construído e alcançado².

Esse ideal de civilização presenciaria-se em variadas esferas. Em primeiro lugar, a transformação de antigos aldeamentos em espaços civis. Mais do que a tomada de posse por parte de Portugal dos antigos espaços religiosos, essa elevação de aldeias em vilas significou também a modificação dos topônimos indígenas para nomes que fizessem alusão ao Reino. Em segundo lugar, o Diretório, pelo menos no que diz respeito ao seu sentido jurídico, imporia o ideal do

¹ Mestrando em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará. Email: fwsilva97@gmail.com

² *Directorio, que se deve observar nas povoaçoens dos indios do Pará, e Maranhaõ : em quanto Sua Magestade não mandar o contrario*. Lisboa: Na Officina de Miguel Rodrigues, MDCCLVIII.

trabalho às populações indígenas como um catalisador da economia e do comércio na região, argumentando Portugal que, mantendo a população no mais absoluto ócio era prejudicial ao bem comum dos povos, utilizando-se da retórica absolutista.

No entanto, pensar a execução do Diretório apenas como uma expectativa da prática da legislação por parte da Metrópole implica em esvaziar de ação os sujeitos que, de fato, possuíram voz ativa nesse processo. Mais do que isso, conceber a concretização do Diretório sob a acepção antagônica do binômio Metrópole-Colônia implica em se ter uma visão limitada, acabando por reforçar o papel subalterno que os sujeitos coloniais possuíram neste processo. De nenhuma forma, isso implica em negar a violência e a assimetria nessas relações. Aqui pretende-se pensar os sujeitos da colônia como partícipes não apenas da elaboração do Diretório, mas também refletir de que maneira seus interesses acabaram por reorientar a própria lei, pensando o Diretório como uma lei, de acordo com Coelho (2005), que foi gestada a partir da experiência no sertão do Norte da América portuguesa.

Este caminho oferecido pelo autor nos ajudará a pensar o sertão como um componente das dinâmicas coloniais, bem como numa relação de interdependência e complementaridade, de acordo com Amado (1995, p. 148), estando distante de dicotomizar a relação entre os dois espaços, binômio este cristalizado por uma historiografia clássica³. A importância de se compreender os interiores como partícipes do sistema colonial português reside em entender a elaboração e

³ Dois textos, neste sentido, são reconhecidos quase de forma unânime como cristalizadores da concepção de um sertão pouco povoado, inóspito e isolado: Holanda (2016), com seu clássico capítulo “O sementeiro e o ladrilhador” e, igualmente, embora apresentando um panorama mais geral do período colonial, Abreu (1998), com o capítulo “O sertão”.

aplicação do Diretório no Estado do Maranhão, haja vista o fato de o território maranhense pertencer ao Grão-Pará até o ano de 1774, momento em que incorpora o Piauí⁴.

O trabalho que será apresentado neste artigo é um desdobramento da pesquisa de Mestrado que venho realizando há dois anos, quando entrei em contato com uma documentação do APEM intitulada *Livro de Registros de Fundações, Ereções e Posses de Vilas*⁵. Durante a leitura dessa documentação, bem como de trabalhos que oferecem caminhos importantes para se pensar o projeto urbanizador no período colonial, sobretudo no que diz respeito à transformação de antigos aldeamentos religiosos em povoações civis (vilas e lugares), pude constatar que há uma falta considerável de trabalhos que busquem inserir, no centro de sua narrativa, o processo de urbanização dos interiores maranhenses, sobretudo, na segunda metade do século XVIII, conquanto a legislação do Diretório seja direcionada também ao Estado do Maranhão.

Neste sentido, constitui-se no eixo central deste trabalho mostrar de que maneira o Diretório na Capitania do Maranhão, no tocante à fundação de vilas e lugares, consubstanciou não apenas a simples aplicação das legislações pombalinas na América portuguesa, mas também como esse processo engendrou inúmeros sujeitos, que acabaram por obrigar Portugal a rever seus direcionamentos

⁴ Sobre o Estado do Grão-Pará e Maranhão e as mudanças administrativas, ver: SANTOS, Fabiano Vilaça dos. *O governo das capitanias do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)*. São Paulo: Annablume, 2011.

⁵ *Livro de Registro das fundações, ereções e posses das Vilas e Lugares, nas Aldeias das Missões (1757-1767)*. Nº 28, Maranhão: APEM (documento digitalizado).

na consecução de políticas para o Norte luso-americano. Uma documentação que permite vislumbrar a maneira pela qual se pensou uma ação urbanística seria o *Livro de Registros de Fundações, Ereções e Posses de Vilas*, por meio da transformação dos incultos sertões em povoações civis, ou seja, da metamorfose dos antigos aldeamentos religiosos em vilas e lugares de índios.

Sem deixar de ser índio: as chefias indígenas nos lugares de índios como estratégia de imersão no sistema colonial

Em artigo, Soraia Sales Dorneles perscruta mais detalhadamente acerca não apenas do contexto que envolveu a fundação dessas vilas e lugares de índios, como também acerca da elaboração de seu documento. Segundo Dorneles (2021, p. 309), o *Livro de Registros* foi criado em 24 de julho de 1757, com a função de “documentar as fundações, ereções, nomeações das justiças, inventários e posses dos bens das vilas e lugares” que deram lugar aos antigos aldeamentos religiosos da Companhia de Jesus e Santo Antônio, que foram retirados para dar lugar aos diretores e principais nomeados, em consonância com o parágrafo 1 do *Diretório*⁶.

De acordo com Arraes (2018, p. 194), os sertões do Norte, até 1756, registrariam a existência de apenas 13 vilas, o que significava a preocupação de Portugal com a arbitrariedade dos poderes nesses espaços mais distantes de locais onde o “adensamento populacional” justificava a presença das autoridades portuguesas. Neste sentido, o Maranhão colonial têm chamado a atenção da

⁶ *Directorio, que se deve observar...*, p. 1

historiografia, no que diz respeito à forma pela qual a colonização do sertão das capitanias do Norte foi pensada, num movimento de tentar desconstruir a ideia de um sertão inóspito, vazio, pouco ocupado⁷.

Analisando a implantação da reforma urbana preconizada pelo Diretório nos anos 1750 nas chamadas capitanias do norte, Arraes (2018, p. 198) afirma que foi em razão da legislação pombalina que os sertões entraram num novo panorama urbano, sendo o Maranhão, em relação aos sertões do Norte, o primeiro a sentir os efeitos dessa transformação urbanística. A capitania do Maranhão, juntamente com o Grão-Pará, se constituíram em um laboratório de testes para a aplicação da legislação, sendo estendida por meio de carta régia, em maio de 1758 e em alvará, três meses depois, a toda a Colônia⁸.

A vila de Viana foi a primeira das experiências da fundação de vilas e lugares que as modificações urbanísticas no contexto do Diretório propiciaram à capitania do Maranhão. Dorneles (2021, p. 313) assevera que a proximidade geográfica e de datas, que se depreende da leitura dos próprio *Livro de Registros*, permite criar cinco itinerários pelos quais Gonçalo Pereira Lobato percorreu, entre julho de 1757 e

⁷ Outros autores também tentaram dar conta da ocupação dos sertões do Norte, não apenas no século XVIII, mas também ao longo de todo o período colonial como Chambouleyron e Melo (2013), Roland (2018), Silva (2016) e Soares (2008), apresentando uma visão panorâmica da colonização da capitania do Maranhão e Piauí.

⁸ Além dos trabalhos de Coelho e Domingues apresentado ao longo deste trabalho, para se entender o Diretório dos Índios, importa também destacar igualmente outros clássicos que buscaram discutir sobre a legislação não apenas no Grão-Pará como em outros espaços da Colônia: Almeida (1997), Almeida (2003), Chaves Jr. (2018), Melo (2016), Medeiros (2007), Sampaio (2011), Santos (2012) e Souza Jr. (2009). Este percurso historiográfico importa na medida em que, trazendo perspectivas diferentes em suas análises, os autores constroem uma reflexão acerca das legislações pombalinas não apenas no Norte luso-americano, mas também sua abrangência para o Estado do Brasil.

agosto de 1758. Governador do Maranhão entre 1753 e 1761, Pereira Lobato se constituiria no condutor das ações urbanísticas pombalinas no Maranhão, a fim de não apenas concretizar os ditames do Diretório, mas também, de revitalizar a Capitania (DORNELES, 2021, p. 311).

No *Livro de Registros*, é possível verificar não apenas os ritos para que um aldeamento pudesse ser elevado à condição de vila ou lugar – embora tenham rituais distintos, mas que não cabe aqui discutir –, como também a presença de indígenas como extremamente importantes para a concretização do corpo normativo do Diretório, na condição de vassalos, não apenas enquanto meros joguetes da Metrópole, mas como sujeitos de suas escolhas e decisões, canalizando o sistema colonial em favor de seus próprios interesses.

O Diretório dos Índios, conforme mencionei acima, pode ser vislumbrado enquanto incorporação das demandas coloniais, infligindo à Metrópole o ajuste da legislação aos interesses dos moradores locais. Um caso bem interessante de se refletir essa perspectiva diz respeito ao principal dos índios Guararés do lugar de Trezedelas, Gaspar Álvares Martins, no momento em que “representou não ter terras próprias em que ele e os súditos pudessem cultivar mantimentos necessários para a sua sustentação” (LIVRO DE REGISTROS, p. 78). Evidenciando o caráter colonial da lei do Diretório, contrabalanceando com as demandas da Metrópole (COELHO, 2005, p. 176-177), o trecho citado acima permite refletir sobre uma das estratégias que os colonos utilizavam a fim de obter concessões de terras: o chamado direito de petição (SOUZA E BICALHO, 2000, p. 87).

Esse direito, segundo Domingues (2000, p. 249), quando da promulgação da Lei de Liberdades de 1755, tornou-se aplicável aos indígenas, evidenciando um grau de plasticidade das estruturas políticas portuguesas instaladas na América, no momento em que os índios tornam-se “vassalos e súditos úteis à Portugal” (DOMINGUES, 2000, p. 70). Um exemplo claro de como os indígenas foram extremamente importantes à ocupação dos sertões da Capitania do Maranhão pode ser encontrado no Auto de Posse de São José de Ribamar, após o mesmo ser elevado da categoria de aldeia a lugar, no qual o principal André Pereira Ibacaba e “seus súditos” eram empossados dos bens que a administração espiritual lhes repassou (LIVRO DE REGISTROS, p. 48-49). A documentação permite refletir que, tanto o caso de Trezedelas como o de São José de Ribamar indicam a importância das vilas e lugares de índios para o entendimento da vassalagem do indígena como uma estratégia de se imiscuir no sistema colonial sem, no entanto, abrir mão de sua identidade cultural.

Considerações finais

O Diretório, quanto ao seu título, era aplicável tanto a capitania do Grão-Pará quanto a do Maranhão, constituindo-se ambos em um laboratório de testes, a fim de ser verificada a potencial abrangência para o Estado do Brasil, o que se concretizou um ano depois de sua promulgação. Estudado ainda de maneira insuficiente, urge a compreensão do impacto que o Diretório dos Índios proporcionou ao Maranhão, pelo fato de a capitania comportar a primeira experiência da modificação urbanística

promovida pelas Reformas Pombalinas nos sertões do Norte, indicada pela própria documentação utilizada neste trabalho.

Neste sentido, pretendeu-se trazer a discussão de sertão não enquanto oposto ao litoral, mas sim enquanto uma relação de interdependência. Sendo assim, a formulação de Coelho, eixo central da análise, acerca de não se entender o Diretório enquanto resultado das pretensões metropolitanas para o Norte luso-americano, mas sim resultante do conflito entre as demandas metropolitanas e coloniais que se concretizavam na disputa entre religiosos e colonos pelo controle da mão de obra indígena.

As vilas e lugares de índios se constituem numa forma de se compreender como Portugal buscou dar consecução aos ditames do Diretório, em especial ao parágrafo 1 do mesmo documento. No Maranhão, isso se refletiu na transformação de vários aldeamentos em povoações civis, sendo Viana a primeira ação urbanística pombalina na Capitania, de acordo com o que se pode depreender da leitura do *Livro de Registros*.

Longe de se conceber o indígena como sujeito passivo, inerte, resignado, a documentação selecionada indica dois significativos casos em que as populações indígenas subvertiam o sistema colonial em benefício próprio. Tornando-se vassalos de Portugal, os indígenas do Maranhão enxergavam nas benesses oferecidas uma estratégia de sobrevivência e de afirmação frente a um sistema que, de forma implícita, podia se constituir numa resposta a um sistema que, de forma subjacente, pretendia aniquilar o modo de vida das populações da terra, impondo o modelo

civilizado que a própria legislação pombalina consubstanciava ao longo de seus 95 parágrafos.

Referências

ABREU, Capistrano de. “Os sertões”. In: ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Brasília: Senado Federal, 1998, p. 107-182.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. “Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial: novos súditos cristãos do Império português”. Tese (Doutoramento em Antropologia), Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2000.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora da UnB, 1997.

AMADO, Janaína. “Região, sertão, nação”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995, p. 145-151.

ARRAES, Esdras Araújo. “As vilas de índios dos sertões do norte e do estado do Maranhão: desenho, território e reforma urbana no século XVIII”. *Antíteses*, vol. 11, núm. 21, pp. 193-216, 2018. Disponível em: <
<https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/32323/23879>>.

Acesso em 09 nov. 2021

CHAMBOULEYRON, Rafael; MELO, Vanice Siqueira de. “Governadores e índios, guerras e terras entre o Maranhão e o Piauí (primeira metade do século XVIII)”. *Revista de História*, São Paulo, n. 168, p. 167-200, jan./jun. 2013.

CHAVES JÚNIOR, José Inaldo. “Reforma dos territórios e das jurisdições nas capitanias do Norte do Estado do Brasil: as atuações do capitão-general Luís Diogo Lobo da Silva e do “juiz de fora” Miguel Carlos de Pina Castelo Branco na aplicação do *Diretório dos índios* (1757-1764). *Locus: revista de História*. Juiz de Fora, v. 24, n. 1, p. 93-120, 2018.

COELHO, Mauro Cézar. *“Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos Índios”*. Tese (Doutorado em História), São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

DOMINGUES, Angela. *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

DORNELLES, Soraia Sales. “Registros de Fundações, Ereções e Posses de Vilas: um olhar sobre as vilas de índios do Maranhão”. *Sæculum – Revista de História*, v. 26, n. 44, p. 308-327, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/58882/33943>>.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “O semeador e o ladrilhador”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 111-166.

MELO, Vinícius Zúniga. “Os diretores de povoações: serviços e transgressões no Grão-Pará do Diretório dos Índios”. Dissertação (Mestrado em História), Belém: Universidade Federal do Pará, 2016.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. “Política indigenista do Período Pombalino e seus reflexos nas Capitânicas do Norte da América portuguesa”. In: OLIVEIRA, Carla Mary S.; MEDEIROS, Ricardo Pinto de. (orgs.). *Novos olhares sobre a capitania do Norte do Estado do Brasil*. João Pessoa: Editora UFPB, 2007, p. 125-159. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20868/22385>. Acesso em 09 nov. 2021

ROLAND, Samir Lola. “Sesmarias, índios e conflitos de terra na expansão portuguesa do Vale do Parnaíba (Maranhão e Piauí, séculos XVII e XVIII). Dissertação (Mestrado em História), Belém: Universidade Federal do Pará, 2018.

SAMPAIO, Patrícia Melo. *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*. Manaus: EDUA, 2011.

SANTOS, Fabricio Lyrio. “Da catequese à civilização: colonização e povos indígenas na Bahia”. Tese (Doutorado em História), Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2012.

SILVA, Mairton Celestino da. “Um caminho para o Estado do Brasil: colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do Estado do Maranhão e do Piauí, 1600-1800”. Tese (Doutorado em História), Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

SOARES, Flávio José Silva. “No avesso da forma: apontamentos para uma Genealogia do Maranhão”. Tese (Doutorado em História), Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

SOUZA, Laura de Mello e; BICALHO, Maria Fernanda. *1680-1720: o Império deste mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA JR., José Alves de. “Tramas do cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do Setecentos, um estudo sobre a Companhia de Jesus e a política pombalina”. Tese de Doutorado em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

Redes descentradas e sociabilidades dependentes no Antigo Regime: conceitos em construção

Decentralized networks and dependent sociabilities in the Ancient Regime: concepts
under construction

Israel Aquino Cabreira¹

Transitando por diferentes áreas do conhecimento e sendo apropriada com diferentes finalidades, a noção de rede social apresenta significado polissêmico, sendo empregada mais recentemente em estudos históricos que abordaram diferentes agentes e temporalidades. Em essência, estes estudos destacam a importância dos vínculos sociais de indivíduos e grupos para a definição de sua inserção e atuação em sociedade, privilegiando, conforme aponta Imizcoz Beunza (2009), uma abordagem que parte da observação das relações efetivas entre os atores sociais para reconstruir suas configurações coletivas. Por outro lado, frequentemente o conceito de rede social foi empregado de forma mais metafórica do que analítico, adotando um uso mais genérico que prescindiu do arcabouço teórico e metodológico oferecido pela Análise de Redes e sua aplicação formal.

Para a presente comunicação, partimos das definições de “rede egocentrada”, proposta por Moutoukias (1996), e “História Conectada”, proposta por Imizcoz Beunza (2017), para tentar propor um desdobramento conceitual, sugerindo a adoção da noção de “rede descentrada” como uma nova ferramenta analítica, a fim de oferecer

¹ Doutorando em História pelo PPGH/UFRGS. Contato: israel.aquino@ufrgs.br.

uma perspectiva distinta para o estudo das relações de sociabilidade construídas por agentes ditos subalternos no contexto do Antigo Regime. Propomos, assim, avaliar sob um novo ponto de vista as redes de relacionamento desses atores, evidenciando os papéis de agência, intermediação ou dependência que poderiam assumir na sociedade agrária e escravocrata que se estabeleceu nas possessões europeias coloniais. Para tanto, buscamos apresentar um breve resgate de como se deu a formulação e aplicação destes conceitos, para a seguir apresentar nossa proposta, em linhas gerais.

A Análise de Redes Sociais em estudos históricos

A utilização dos métodos da Análise de Redes Sociais² em estudos históricos remonta à década de 1990³, quando o trabalho precursor de Padgett e Ansell apontou como a ascensão dos Médici à posição de família dominante na política florentina se deveu ao fato de terem conseguido se situar em uma posição vantajosa na rede que compreendia a elite local no início do século XV, servindo como mediadores (*brokers*) entre as famílias principais da região e outros grupos (PADGETT & ANSELL, 1993). Outro trabalho fundamental foi o do historiador Zacarias Moutoukias, que ao analisar o comércio colonial hispano-americano cunhou o conceito de “*red egocentrada*” ou “*red personal*” (MOUTOUKIAS, 1996). Já em 1998, Dedieu e Moutoukias desenvolveram uma análise conceitual em torno das redes sociais, apresentando uma

² Usualmente indicada como SNA, a partir do termo em inglês *Social Network Analysis*.

³ Para uma apresentação mais detalhada desta metodologia, remeto ao primeiro capítulo de minha dissertação de mestrado, onde busquei realizar uma revisão ampla dos conceitos, métricas, procedimentos e ferramentas utilizadas na Análise de Redes Sociais (AQUINO, 2019).

proposta metodológica para a aplicação da análise de redes em investigações históricas (DEDIEU & MOUTOUKIAS, 1998). Mais recentemente, essa questão têm sido retomadas e reconfiguradas em diferentes estudos, permitindo a proposição de novas questões de pesquisa.

A própria ideia de rede fomenta uma multiplicidade de abordagens e definições. De forma ampla, podemos tomar uma rede social enquanto um “*conjunto finito de atores e a(s) relação(ões) que se estabelecem entre eles*” (Wasserman & Faust, 1994, p. 20). A Análise de Redes Sociais, por seu turno, consiste em um campo que conjuga elementos de diferentes áreas e se constitui como um exame sistemático de redes apresentadas graficamente, tomadas enquanto representações das estruturas de relacionamento que os agentes ou instituições sociais estabelecem entre si (AQUINO & KUHN, 2018, p. 57).

De acordo com Bertrand (2012, p. 61), essa concepção de rede social remete a uma estrutura construída com base nas relações existentes entre indivíduos; desta forma, as interações no interior da rede proporcionam aos atores posições que podem ser mais ou menos vantajosas, conferindo acesso a diferentes recursos. Por outro lado, José Maria Imizcoz (1996, p. 14-18) destaca a importância dos vínculos sociais dos indivíduos para a definição de sua ação na sociedade, ressaltando a necessidade de se estudar as trajetórias de vida no contexto das relações sociais e das normas que regulavam tais relações.

Nesse sentido, ainda conforme Imizcoz, a SNA assumiria um caráter necessariamente relacional e indutivo, ou seja, uma aproximação que parte da

observação das relações efetivas entre os atores sociais para “*reconstruir suas [...] configurações coletivas, com o objetivo de perceber as dinâmicas econômicas, sociais, políticas e culturais que produzem com sua ação*” (IMIZCOZ BEUNZA, 2009, p. 79, tradução nossa), numa abordagem que o autor viria a denominar como “História Conectada”⁴ (IMIZCOZ BEUNZA, 2017). Assim, partindo da análise metódica e articulada dessas relações, o conceito de rede deixaria de ser uma metáfora para se tornar uma “*ferramenta analítica e operativa*” que nos permite mensurar e representar as relações entre os indivíduos, oferecendo ainda a possibilidade de mensurar diferentes métricas de rede que permitem ao pesquisador identificar com maior precisão o papel desempenhado por cada agente no interior da rede.

Voltando a ideia de redes “egocentradas”, cabe lembrar como esta é explorada nos trabalhos de Moutoukias e Imizcoz Beunza. Para o primeiro, este conceito remete, grosso modo, a um “*entorno denso*” de relações que se constituem ao redor de um “ego”, um agente central capaz de articular em torno de si um grupo – familiar, por exemplo, mas não só –, sendo esta entendida como uma “rede parcial”⁵ tomada de um conjunto mais amplo a partir de critérios definidos pelo pesquisador: uma rede de

⁴ Importante diferenciar essa conceituação de outras abordagens que trabalharam com a ideia de uma “História Conectada”, como, por exemplo, nos trabalhos do historiador Sanjay Subrahmanyam. Para o propósito deste trabalho, a ideia de História Conectada guarda uma relação mais próxima com a proposta de Análise Relacional defendida por Imizcoz, especialmente quando este defende a construção de “*una historia que aporte una percepción conectada de las dimensiones plurales*”, consistindo, assim, em “*una investigación de tipo inductivo cuyo punto de partida es la observación de las acciones de los actores efectivos, las personas, para descubrir, a partir de sus interacciones, cuáles eran sus configuraciones sociales*” (IMIZCOZ BEUNZA, 2017, p. 2).

⁵ Sendo esta noção, por sua vez, emprestada da oposição entre “rede parcial” e “rede total” proposta por Michel Banton (1966 apud MOUTOUKIAS, 1996).

comerciantes ou de parentela, por exemplo (MOUTOUKIAS, 1996, p. 47). Ainda segundo o autor, a análise desta rede egocentrada deve levar em conta, necessariamente, as características do segmento mais amplo no qual a mesma está inserida, a fim de se evidenciar suas configurações, modos de funcionamento, contexto normativos, etc. (MOUTOUKIAS, 1996, p. 48).

José Maria Imizcoz, em um sentido semelhante, porém talvez mais pragmático, pensa as redes egocentradas como o conjunto de pessoas com as quais um sujeito está relacionado direta ou indiretamente, durante um determinado período. Além disso, aponta o autor, esta seria formada também por

[...] aquellos que sólo conoce a través de estos, en la medida en que, por medio de ellos, llegan noticias de terceras personas, circulan bienes y servicios, se articulan facciones políticas o circuitos mercantiles, etc. Esta red no es algo cerrado ni completo, en la medida en que cada uno de esos individuos mantienen, a su vez, relaciones con otras personas que no interfieren en esa red egocentrada y que, por tanto, escapan a nuestra percepción. Sin embargo, nos da la visión que una persona tiene del conjunto de sus relaciones y de los contactos de estos, en la medida en que le afectan de un modo u otro. (IMIZCOZ BEUNZA, 2009, p. 101)

Assim, em linhas gerais, uma rede egocentrada seria a representação de um conjunto de relações que giram em torno de um agente central (ego), normalmente restritas a um espaço social limitado. A representação e análise desta rede, por sua vez, se daria a partir da reconstituição realizada pelo historiador deste conjunto de relações, trabalhando com as diferentes tipologias documentais que lhe permitam resgatar as configurações desta rede e identificar os indivíduos que dela participavam.

Do ponto de vista teórico, este conceito nos parece ter sido útil, na medida em que permitiu a estes pesquisadores recompor o entorno social dos agentes que eram objeto de suas pesquisas. O que não fica evidente são as limitações que podem alcançar esta orientação metodológica, na medida em que tal reconstituição fica limitada pela disponibilidade de documentação que permita resgatar a constituição destas redes; tal limitação, a nosso ver, torna esse conceito mais adequado para o estudo de indivíduos normalmente relacionados às elites sociais e econômicas, para os quais comumente encontramos maior número de fontes documentais disponíveis – realidade reforçada para sociedades de Antigo Regime, que são objeto de estudo desses dois historiadores, por sinal.

Com o intuito de contornar esta limitação e oferecer uma ferramenta conceitual mais adequada ao estudo de outros contingentes sociais, para os quais a disponibilidade de fontes é frequentemente menos generosa, propomos trabalhar com uma nova ferramenta conceitual, a qual denominamos provisoriamente de “redes descentradas”. Cabe apontar que este é um esforço intelectual em construção, incipiente ainda, passível de críticas e que possivelmente será melhor desenvolvido futuramente; entretanto, por entender que esta ideia poderá se beneficiar das contribuições de outros colegas que compartilham de interesse e *expertise* nesta área, apresentamos esta proposta ainda ensaística, a fim de estimular o debate a respeito.

Redes descentradas e a construção de sociabilidades dependentes

A proposta conceitual ora apresentada surge de duas inquietações que emergiram de meu percurso de pesquisa: primeiro, conforme já indicado, a

compreensão de que o conceito já apresentado de redes egocentradas, embora útil, parece restrito e mais indicado para o estudo de relações de orbitam agentes de estratos sociais mais destacados, sobre os quais conseguimos obter maior número de fontes documentais. Além disso, ao pesquisar as relações de sociabilidade construídas nas sociedades de Antigo Regime, me deparei com atores sociais que, embora ditos “subalternos”, pareciam ter vivido trajetórias ricas e merecedoras de uma análise apropriada. Mas como, então, resgatar a trajetória de indivíduos que, por sua condição social, surgem parcialmente desvanecidos nas fontes documentais de que dispomos? Esse, me parece, é um desafio com que se depara todo pesquisador que se dedica a trabalhar com a história social.

A ideia de trabalhar com redes descentradas surge, assim, com a proposta de desalinhar o foco de análise, buscando assim perseguir indícios que nos permitam identificar as possibilidades de ação (ou sujeição) que se apresentavam para cada agente dentro de uma rede de sociabilidade. Mais que isso, espera-se que esse “descentramento” da análise possibilite identificar focos de agência que poderiam estar relacionados a relações diversas de cada indivíduo, como parentesco, vizinhança ou clientela, por exemplo.

Avançando para o ponto que nos interessa aqui, proponho o conceito de rede descentrada como uma rede de relacionamentos envolvendo um indivíduo, ou um grupo de indivíduos, pertencente a um estrato social dito “subalterno” – tais como escravizados, indígenas, mulheres, camponeses, etc. – que é orientada ou coordenada por um agente social externo, que está fora do foco das relações, mas

que direciona a constituição de tais relações em função da ascendência social exercida sobre aquele indivíduo ou grupo.

Mas qual é o foco, afinal? A definição do parágrafo anterior não nos leva de volta aos mesmos indivíduos que são mormente privilegiados, ocupando posições de destaque como membros das elites sociais que dirigiam as relações sociais naquelas sociedades? Bem, essa questão torna necessário abordar uma noção importante para a compressão daquelas sociedades de Antigo Regime, que é a ideia de reciprocidade.

A noção de reciprocidade social é definida por Levi como uma série de *“mecanismos de solidariedade que caracterizam um projeto social baseado na justiça distributiva e, ao mesmo tempo, na rígida hierarquização social”* (LEVI, 2009, p. 52), e é muito marcante nas sociedades orientadas por preceitos de Antigo Regime. Esse mecanismo orientava a construção das relações de sociabilidade naquelas sociedades, contribuindo para a criação de laços de interdependência que, ao fim e ao cabo, possibilitavam a própria conservação da sociedade. Articulado à noção de rede, este conceito nos permite compreender que qualquer análise que se pretenda fazer, seja dos relacionamentos de indivíduos de elite ou dos estratos subalternos, precisa levar em consideração seu entorno social e familiar, a fim de melhor compreender as condições que estavam colocadas para cada agente.

Dito de outro modo, entendo que a análise de tais relações precisa levar em conta o fato de que os vínculos sociais entre indivíduos poderiam estar orientados em função de um terceiro, um agente externo que nem sempre aparece de forma explícita nas fontes, mas que por sua ascendência sobre os envolvidos poderia influenciar, ou

mesmo determinar, o conteúdo e alcance destas relações – deixando, ainda assim, espaço para que determinados agenciamentos pudessem ser experimentados. Surge, assim, a ideia de sociabilidades dependentes ou difusas, relações que podem ser orientadas pela influência de um agente social que, embora relevante, aparece fora de “foco”.

Assim, embora tais redes possam assumir diferentes configurações, resta em comum uma presença velada, de um componente que não é o ego, e também não é necessariamente um *broker*, mas contribui para orientar a configuração social assumida pelas relações. O que se propõe, portanto, é uma abordagem metodológica e conceitual que permita ao historiador aproveitaras potencialidades oferecidas pela SNA e pela Análise Relacional para o estudo daquelas sociedades, buscando através dos vestígios menos aparentes evidenciar os arranjos sociais que permitiam a cada ator encontrar seu lugar.

Essa proposta, entretanto, nos coloca frente a outro desafio: como identificar essas redes, como evidenciar esses descentramentos e possíveis agências, quando as fontes de que dispomos oferecem apagamentos e lacunas por vezes tão expressivas? Nos parece útil, nesse sentido, resgatar o paradigma indiciário proposto por Ginzburg (1989), aqui entendido como um método que busca interpretar a realidade a partir de suas características menos vistas, de indícios que permitam decifrá-la e compreendê-la. E eles estão lá: sinais parcialmente revelados, relações omitidas, mas que por vezes emergem de alguma fonte inesperada; é a partir deles

que esperamos compreender melhor as redes de relações que iam se constituindo, bem como o papel de cada ator dentro delas.

Considerações Finais

A proposta apresentada é ainda muito incipiente e carece de aprofundamento. Entretanto, nos parece adequada ao estudo de sociedades organizadas por noções de hierarquia e costume, como aquelas onde figuravam preceitos de Antigo Regime. Articulada a noções como reciprocidade e interdependência, pensamos que a ideia de redes descentradas poderá contribuir para fazer ver como a vertebração social daquelas sociedades possibilitava agências difusas, por vezes limitadas por relações alheias aos próprios vínculos em análise. Fica, assim, o convite para que outros colegas apresentem suas contribuições, na expectativa de que possamos desenvolver ferramentas que nos permitam lançar novos olhares e compreender em maior profundidade as relações sociais do Antigo Regime, suas configurações, alcance e possibilidades.

Referências

AQUINO, Israel. *Redes de compadrio, hierarquia e interdependência social* (Viamão, 1747 - 1773). Porto Alegre: UFRGS - PPG em História (Dissertação de Mestrado), 2019. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/197335>>. Acesso em 30/10/2021.

AQUINO, Israel; KUHN, Fábio. Redes, hierarquia e interdependência social nas relações de compadrio do século XVIII (Viamão, 1747-1769). *Maracanan*, n. 19, p. 56-78, jul./dez. 2018. Disponível em: <<https://is.gd/rhisrc>>. Acesso em 30/10/2021.

BERTRAND, Michel. De la familia a la red de sociabilidad. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 61, n. 2, p.47-80, abr. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2307/3541231>. Acesso em 30/10/2021.

DEDIEU, J. P.; MOUTOUKIAS, Z. Approche de la théorie des réseaux sociaux. In: CASTELLANO, Jean Luis; DEDIEU, Jean-Pierre. *Réseaux, familles et pouvoirs dans le monde ibérique à la fin de l'Ancien Régime*. Madrid: CNRS, 1998. p. 7-30.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

IMIZCOZ BEUNZA, J. M. Comunidad, red social y élites: un análisis de la vertebración social em el Antiguo Régimen. In: _____. *Elites, poder e red social: las élites des País Vaco y Navarra em la Edad Moderna*. Bilbao: UPV, 1996. p. 13-50.

IMIZCOZ BEUNZA, J M. Las redes sociales de las élites: Conceptos, fuentes y aplicaciones. In: SORIA MESA, Enrique et.al. *Las élites en la época moderna: la monarquía española*. Córdoba: Servicio de Publicaciones (UC), 2009. p. 77-112.

IMIZCOZ BEUNZA, J M. Por una Historia Conectada. *Magallánica*, v. 4, n. 7, p. 1-9, 2017. Disponível em: <https://is.gd/imizcoz17> . Acesso em 30/10/2021.

LEVI, Giovanni. Reciprocidade Mediterrânea. In: OLIVEIRA, Mônica; ALMEIDA, Carla. *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 51-86.

MOUTOUKIAS, Z. Negocios y redes sociales: modelo interpretativo a partir de un caso rioplatense (siglo XVIII). *Caravelle*, n. 67, p. 37-55, 1996. Disponível em: <https://is.gd/moutokias1996>. Acesso em 30/10/2021.

PADGETT, J; ANSELL, C. Robust action and the rise of the Medici, 1400-1434. *American Journal of Sociology*, v. 98, n. 6, p. 1259-1319, mai. 1993. Disponível em: <https://is.gd/padansel1993>. Acesso em 30/10/2021.

WASSERMAN, S., & FAUST, K. *Social network analysis: Methods and applications*. New York / Melbourne: Cambridge University Press, 1994.

Um olhar nipônico sobre a Chegada Lusitana no Leste Asiático

A Japanese look at the Lusitanian arrival in East Asia

Marcus da Silva Dorneles¹

Introdução

A partir da década de 1510, os portugueses avançaram sobre diversos territórios da Ásia Oriental. Os lusitanos conquistaram Malaca em 1511, Macáçar em 1512 e Ternate em 1522, enquanto estabeleciam os primeiros contatos com a China. No entanto, as relações com os chineses não progrediram, e, nas décadas seguintes, as navegações no Mar da China ficaram restritas às iniciativas particulares de capitães que se aventuravam em cidades onde os funcionários públicos que representavam o imperador toleravam a sua presença em troca de subornos (RAMOS, 2015, p. 144).

Durante esse período, um acidente de percurso acabou levando um junco chinês que transportava alguns navegantes portugueses a um território até então desconhecido por esses europeus. Em 1543, os lusitanos chegaram pela primeira vez ao Japão, um território que estava em longo processo de guerra civil entre poderosos clãs que disputavam a hegemonia sobre o arquipélago. Nos anos seguintes, uma lucrativa rota de comércio passou a ser explorada pelos portugueses que identificaram nela uma forma de retirar grandes proveitos econômicos e de difundir o cristianismo.

¹ Mestrando em História no Programa de Pós de Graduação em História da UFRGS. Desenvolve a pesquisa “Portugueses na Ásia Oriental: uma análise conectada sobre a rota de Macau e Nagasaki (1557-1640)”, que é orientada pelo professor Dr. Fábio Kühn. É financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES. E-mail: marcus.dorneles@ufrgs.br

Nesse contexto, serão analisados neste trabalho três diferentes textos japoneses que abordam a chegada dos portugueses ao arquipélago nipônico em 1543, o Teppōki, o Tanegashima kafu e Kunitomo Teppōki. A pesquisa tem como objetivo principal comparar os materiais selecionados e verificar a maneira com que os viajantes lusitanos são retratados em cada uma das fontes primárias destacadas.

Teppōki

Teppōki é um texto cuja autoria pode ser creditada a Nanpo Bunshi, um estudioso confucionista e abade no Templo Dairyūji em Satsuma. Seu relatório foi escrito para Tanegashima Hisatoki, o décimo sexto lorde de Tanegashima, e conta a ocasião em que os portugueses chegaram pela primeira vez ao Japão em 25 de setembro de 1543.

O texto aborda o contato estabelecido entre Gohō, um tripulante chinês do navio que acabou sendo levado ao porto do vilarejo de Nishinomura, e Oribenōjō, chefe do vilarejo em questão. Como ambos tinham domínio da língua chinesa escrita, a comunicação foi estabelecida através de escritos na areia. Na ocasião, Gohō fez a seguinte descrição sobre os portugueses que o acompanhavam:

Eles são comerciantes entre os bárbaros do sudoeste. Eles têm algum conhecimento da relação entre superior e inferior, mas, caso contrário, não sabem sobre propriedade. Portanto, quando bebem, não usam copos e, quando comem, usam os dedos e não os pauzinhos, como nós. Eles mostram seus sentimentos sem nenhum autocontrole e não conhecem o roteiro escrito e nem sabem como usá-lo. Esses comerciantes têm o hábito de perambular de um lugar para outro, trocando coisas que possuem por outras que não

possuem. Eles não são muito estranhos e, ao mesmo tempo, são bastante inofensivos².

O registro histórico do *Teppōki* e a historiografia parecem entrar em consenso no que diz respeito à visão dos chineses sobre os lusitanos na época em questão. Enquanto estavam navegando pelo litoral chinês já nas primeiras décadas daquele século, aqueles homens estranhos que chegavam dos mares mal vestidos e bêbados eram recebidos como mendigos (RAMOS, 2015, p. 142). Os chineses procuraram tratá-los com cordialidade, ainda que permanecessem desconfiados das verdadeiras intenções desses visitantes.

Logo depois da conversa entre Gohō e Oribenōjō, o chefe do vilarejo encaminhou os viajantes ao porto de Akōgi, que se encontrava em melhores condições para os receber. A chegada deu-se no dia 27 de setembro de 1543, e, na ocasião, os viajantes europeus tiveram a oportunidade de demonstrar o funcionamento de um arcabuz – denominado “*teppō*” – pelos locais. A arma cativou a atenção de Tanegashima Tokitaka, o daimiō da região, que eventualmente tratou de praticar com os estrangeiros que ali chegaram. De acordo com o texto, Tokitaka teria pedido aos próprios viajantes para que lhe ensinassem a atirar com o artefato, e estes teriam o feito de bom grado. Tokitaka teria sido potencialmente o primeiro indivíduo japonês a experimentar um arcabuz na prática, com apenas quinze anos de idade.

O interesse de Tanegashima Tokitaka pelas armas de fogo continua a ser referenciado no texto, ilustrado principalmente por sua empolgação em fazer com que

² Tradução feita pelo autor a partir da versão em inglês para fins de compreensão.

seus subordinados aprendessem a produzi-las. No ano seguinte, em 1644, com a ajuda de um ferreiro que estava a bordo do navio, ele finalmente encontraria as condições para produzir os arcabuzes:

Por sorte, havia entre os comerciantes um ferreiro, que Tokitaka considerou uma dádiva de Deus, e ele ordenou que Lorde Kinbee Kiyosada aprendesse a fechar a extremidade do barril que cabia no estoque. Finalmente, depois de alguns dias e meses, ele conseguiu encerrá-lo e concluí-lo. E em pouco mais de um ano, várias dezenas de *teppō* foram fabricadas. Posteriormente, foi confeccionada a coroa de madeira e acrescentado o ornamento, que lembrava uma chave.

Os frutos do trabalho de Tokitaka rapidamente puderam então ser observados. Pouco depois do evento em questão, um homem Tachibanaya Matasaburō teria aprendido a usar a arma com tanta eficiência que foi apelidado como “O Mestre *Teppō*”. Em seguida, várias pessoas nas regiões do Kinai, de Kansai e de Kantō também haviam se tornado hábeis com os arcabuzes.

Por fim, o *Teppōki* segue relatando mais um caso de entrada das armas de fogo no Japão. Em um naufrágio, um indivíduo chamado Matsushita Gorōsaburō estaria carregando um *teppō* e teria demonstrado seu potencial ao vilarejo em que o navio sofrera o acidente. Rapidamente, os arcabuzes teriam se espalhado por praticamente todas as províncias japonesas.

Tanegashima kafu

Tanegashima kafu é uma crônica que contempla diferentes gerações da família Tanegashima. Trata-se de um registro posterior ao *Teppōki*, abordando desde a chegada de Taira no Nobumoto na ilha de Tanegashima durante o século XII até

meados da Era Meiji (LIDIN, 2000, p. 41), quando o Japão inicia seu processo de industrialização.

No que se refere à chegada dos portugueses, o Tanegashima kafu e o Teppōki são muito semelhantes. As passagens do Tanegashima kafu caracterizam-se, contudo, por uma escrita mais objetiva se comparado diretamente ao Teppōki, como pode ser observado no relato envolvendo o deslocamento do navio naufragado ao porto de Akōgi:

Havia dois líderes entre os comerciantes, um chamado Murashukusha e o outro Kirishita da Mōta. Eles carregavam nas mãos um objeto que não podia ser comparado a nada conhecido. Seu uso era estranho e maravilhoso. Foi nomeado *teppō*. Quando Tokitaka viu, ele pensou que era uma arma muito excepcional. Ele pediu e obteve duas *teppō* dos bárbaros e considerou-as os tesouros de sua casa. Além disso, ele ordenou que um ferreiro copiasse e reproduzisse a arma.

Murashukusha e Kirishita da Mōta teriam sido dois portugueses, cujos nomes foram registrados com caracteres chineses. A imprecisão envolvendo as fontes lusitanas da época, no entanto, não possibilita definir com exatidão quem foram os primeiros viajantes a chegarem ao Japão. António Galvão, cronista e administrador colonial português, menciona três homens: António da Mota, Francisco Zeimoto e António Pexoto (LIDIN, 2000, p. 13). Considerando as proximidades das grafias de “Kirishita da Mōta” e “António da Mota”, pode-se inferir que haja uma ligação.

Fernandes Pinto registra dois nomes completamente diferentes além de si mesmo: Diogo Zeimoto e Cristóvão Borralho (LIDIN, 2000, p. 13). Essa versão é bem menos aceita apesar da coincidência do sobrenome “Zeimoto”, especialmente quando levado em consideração o fato de que “Pinto” é um nome de fácil compreensão oral e

escrita aos japoneses. Assim sendo, não seria absurdo considerar que o seu registro teria constado nos textos japoneses da mesma época, como o *Teppōki* (LIDIN, 2000, p. 13).

Interessantemente, o Tanegashima kafu faz menção diretas a batalhas, mas não esclarece se as armas de fogo foram de fato utilizadas nesses embates. A ausência em questão abre vários tipos de debates, incluindo se o impacto dos arcabuzes foi particularmente tão expressivo ou não para o Japão daquele período:

Na primavera deste ano, um navio dos bárbaros do sul chegou à baía de Kumano. Entre as pessoas a bordo estava um ferreiro. Shigetoki e Tokitaka o consideraram uma dádiva de Deus. Eles fizeram Kinbee Kiyosada aprender como fazer o *teppō* com ele. E em um ano cerca de dezenas de novos *teppō* foram fabricados. Eles se espalharam pelo mundo. O '*teppō* do Japão' originou-se desta forma?

A historiografia reconhece o Cerco de Kajiki, ocorrido no ano de 1549 como um evento particularmente relevante no que diz respeito à difusão dos arcabuzes no Japão (TURNBULL, 1998, p. 212). Na ocasião, o daimiô Shimazu Takahisa cercou e capturou o castelo de Kajiki na província de Ōsumi, cujo território contempla a atual prefeitura de Kagoshima. A iniciativa é comumente referenciada como uma das primeiras em que armas de fogo foram efetivamente utilizadas em batalha: durante o ataque, um vassalo de Takahisa chamado Ijuin Tadaaki teria atirado com um arcabuz providenciado pelo próprio Tanegashima Tokitaka. Graças ao cerco bem sucedido, Shimazu Takahisa conseguiu expandir sua influência sobre a ilha de Kyushu nos anos seguintes, sendo bem sucedido novamente no Cerco do Castelo Iwatsurugi, de 1554.

Kunitomo Teppōki

O último material selecionado com menções à chegada dos portugueses ao Japão e a subsequente introdução das armas de fogo naquele local é o *Kunitomo Teppōki*. Trata-se de um registro que mistura ficção e realidade, continuamente utilizando figuras de linguagem em suas passagens. Sua introdução atribui uma origem ao *teppō* que beira o mitológico, a partir de um país habitado por bárbaros.

Parece que nesse sentido há uma confusão entre a invasão mongol de 1281 e a introdução das armas de fogo no Japão (LIDIN, 2002, p. 95). Na ocasião, os mongóis haviam de fato domínio de explosivos, que acabaram sendo chamados de *teppō* na posterioridade. Contudo, eles não têm ligação nenhuma com os *teppō* trazidos pelos portugueses, ou seja, os arcabuzes.

Quanto ao naufrago do junco que levou os viajantes portugueses à ilha de Tanegashima, os acontecimentos são relatados de maneira muito semelhante aos outros dois textos analisados:

Então [...] um grande navio de uma terra bárbara do sul encalhou em Tanegashima na província de Ōsumi. Ele ancorou na Baía de Nishinomura. Havia mais de 100 comerciantes bárbaros a bordo. [...] No mesmo navio, um estudioso confucionista Ming, Gohō, era um passageiro. [...] O chefe Oribe Tokimasa encontrou Gohō e escreveu com um pedaço de pau na areia, 'Quem são vocês, convidados do mar?' Gohō escreveu da mesma maneira com um pedaço de pau na areia e respondeu: 'Eu sou Gohō, um erudito confucionista leigo da Grande Dinastia Ming. Eu pedi para ser um passageiro no navio de um país do sul com comerciantes para voltar às minhas terras. [...] Fisicamente, eles estão próximos de feras, eles não podem falar ou escrever'.

Os eventos seguintes envolvendo a chegada ao porto de Akōgi e o contato inicial de Tokitaka são praticamente idênticos também. Deve ser notado, no entanto, que o Kunitomo Teppōki enfatiza a atuação dos ferreiros do vilarejo de Kunitomo, que,

de acordo com o texto, teria sido essencial para a difusão das armas de fogo no Japão. Considerando ainda que a produção de armas em Kunitomo é um fenômeno de notável relevância ainda no século XIX, não é absurdo afirmar que de fato houve um envolvimento desses ferreiros com os arcabuzes já em meados do século XVII.

Há ainda uma menção direta a Oda Nobunaga, o primeiro dos três unificadores do Japão. Segundo o texto, fora destacado que:

Posteriormente, no 18º ano de Tenbun, o Senhor Oda Nobunaga mostrou muito valor e um coração corajoso. Ele ouviu sobre o poder do *teppō*, que não havia uma montanha de ferro ou uma parede de ferro que não fosse destruída por ele, e ele ficou muito animado. Ele desejava saber sobre seu uso e aprender a atirar com ele.

Oda Nobunaga certamente é uma presença que não pode ser desconsiderada neste capítulo da história japonesa. E nesse sentido, a ligação entre a chegada dos portugueses e as campanhas militares de Oda Nobunaga demonstra que, apesar do ceticismo de algumas vertentes historiográficas, a introdução das armas de fogo pelos viajantes estrangeiros foi um acontecimento de suma importância.

O papel das armas de fogo nesse contexto não se limita ao seu uso ou não em campanhas bélicas. O Kunitomo Teppōki enfatiza o modo com que a introdução delas naquela sociedade reorganizou a atuação de ferreiros em praticamente todo o arquipélago, que se viram envolvidos na replicação dos arcabuzes. Além disso, com as armas também foram introduzidas uma série de técnicas que têm impactos para além dos combates: o manuseio da pólvora e a confecção de gatilhos, por exemplo, são conhecimentos que rompem as barreiras dos campos de batalha.

Considerações Finais

Considerando o processo que culminou na expulsão dos cristãos no Japão a partir da década de 1630 até 1640, os três textos japoneses retratam os portugueses de forma surpreendentemente positiva. Apesar do estranhamento inicial envolvendo a aparência e os hábitos dos “bárbaros do sul”, algumas passagens chegam a descrever como um encontro divino o momento em que os viajantes desembarcaram com suas armas de fogo e suas técnicas de fundição dos metais.

Nesse sentido, os portugueses se beneficiaram imensamente da conjuntura de fragmentação política e de conflito constante que caracterizava o Japão da época. A introdução das armas de fogo naquele território foi recebida com grande entusiasmo por importantes líderes que viram nelas uma oportunidade de redirecionar o rumo das guerras ao seu favor.

Fontes

KOZUMA, Takanao. *Tanegashima kafu*. Kagoshima: 1676

KUNITOMO *Teppōki*. [S.l.]: 1633

NANPO, Bunshi. *Teppōki*. [S.l.]: 1606

Referências

CARVALHO, Daniela de. Nambanjin: sobre os portugueses no Japão. *ANTROPOlógicas*, Porto, n. 4, p. 131-149, 2000.

FARRIS, William Wayne. *Japan to 1600: a social and economic history*. Honolulu: University Of Hawai'i Press, 2009.

LIDIN, Olof. *Tanegashima: the arrival of Europe in Japan*. Copenhagen: Nias Press, 2002.

LOUREIRO, Rui Manoel. Navios, mercadorias e embalagens na rota Macau-Nagasaki. *Revista de Cultura*, Macau, v. 24, p. 33-51, 2007.

_____. The Macau-Nagasaki route (1570-1640): portuguese ships and their cargoes. In: UNGER, Richard W. *Shipping and Economic Growth: 1350-1850*. Leiden: Brill Publishers, 2011. p. 189-206.

RAMOS, Fábio Pestana. *Por mares nunca dantes navegados: a aventura dos descobrimentos*. São Paulo: Contexto, 2015.

SOURYI, Pierre-François. *Historie du Japon médiéval*. Paris: Perrin, 2013.

THOMAZ, Luís Filipe F. R. O sistema das viagens e a rede comercial portuguesa na Ásia Oriental. *Anais de História de Além-Mar XIX*, [s. l], p. 53-86, ago. 2018.

TOTMAN, Conrad. *Early Modern Japan*. Los Angeles: University Of California Press, 1993.

TURNBULL, Stephen. *The Samurai Sourcebook*. Londres: Cassell & Co, 2000.

YONEMOTO, Marcia. *Mapping Early Modern Japan: space, place, and culture in the tokugawa period (1603-1868)*. Londres: University Of California Press, 2003.

Redes, poder e conhecimento: José Custódio de Sá e Faria e o governo da capitania do Rio Grande de São Pedro (1764-1769)

Networks, power and knowledge: José Custódio de Sá e Faria and the governance of the captaincy of Rio Grande de São Pedro (1764-1769)

Mariana Pereira Gama¹

Esta pesquisa tem como objetivo a análise da trajetória governativa de José Custódio de Sá e Faria (1710-1792) na capitania subalterna do Rio Grande de São Pedro, entre os anos de 1764 e 1769. Como engenheiro militar e cartógrafo, Sá e Faria surge na história da região a partir das expedições científico demarcatórias levadas a cabo pelas coroas Ibéricas após a assinatura do Tratado de Madrid (1750). Tal figura é conhecida pela historiografia pelo caráter controverso de sua trajetória, marcada pela renúncia de seu posto como súdito português, tendo passado a servir a coroa espanhola após quase três décadas de serviços prestados na América à coroa portuguesa. A questão da “traição”, embora superada pela produção historiográfica mais recente (GOLIN, 1999; REIS, 2018, BODELÓN, 2014), ocupou boa parte dos estudos acerca da trajetória do personagem, cujas abordagens tendem geralmente a estarem restritas aos aspectos militares e factuais de sua atuação. Sob tais perspectivas, são poucas as considerações acerca da trajetória governativa de Sá e Faria, durante a década de sessenta do Setecentos, no Rio Grande de São Pedro. Na

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Contato: mariana.gama@ufrgs.br.

esteira dos estudos recentes sobre governadores ultramarinos², esta pesquisa visa preencher essa lacuna a partir da análise das redes e práticas governativas do administrador.

Dito isso, nesta etapa inicial do trabalho, a forma com que se lê sobre as práticas governativas do personagem em questão parte dos pressupostos da categoria de *monarquia pluricontinental*. Nessa perspectiva de análise, leva-se em conta a cultura política do Antigo Regime ibérico, materializada na América mediante a instalação dos dispositivos administrativos, em que não havia necessariamente uma separação entre a figura do monarca e o “Estado”. Dessa forma, a “monarquia pensante” configurava-se como cabeça de um *corpo político* – corpo esse que se articulava estendendo seus poderes para além do reino, concorrendo e negociando com instâncias de poder locais, dentro ou fora do ultramar, onde o judicial e o administrativo estavam estritamente imbricados. Esses vínculos estariam pautados em instâncias de caráter moral e religioso e, portanto, organizavam-se de forma hierárquica e centrífuga, em um emaranhado institucional onde o monarca se encontrava no centro, mas conectava-se por vínculos pessoais de lealdade e reciprocidade com demais agentes sociais (FRAGOSO, 2017; FRAGOSO et al., 2013).

Encontrando-se distantes das “cabeças pensantes”, os agentes locais, movidos por interesses públicos e privados, dispunham da possibilidade de mobilidade social

² Conferir: ABRIL (2015); CUNHA e MONTEIRO (2005); KÜHN (2012); SOUZA (2006).

mediante as redes de amizade, de parentesco ou dependência, conformando redes de poder político e econômico no ultramar com base em uma lógica de reciprocidade que servia de sustentáculo às monarquias. Aqui, cabe lembrar que

[...] redes de poder não pressupõem somente relações políticas. Pelo contrário, antes de estruturar a política, as redes organizavam o tecido social, além de interesses econômicos, visto que, em sociedades típicas de Antigo Regime, a economia estava intrinsecamente ligada à política, sendo mesma regida por ela (GOUVÊA et al., 2004, p. 99).

Neste sentido, em um contexto de Antigo Regime, atores sociais como Sá e Faria utilizavam-se das redes de como uma forma alternativa de circulação, trocas e de mobilização social, exercendo certa autonomia e respondendo paralelamente aos imperativos monárquicos e aos seus interesses particulares.

Ainda assim, há que destacar que a segunda metade do século XVIII, período referente ao recorte deste trabalho, foi um momento de transição do sistema de governo na América Portuguesa. Segundo Fábio Kühn, a partir de meados do Setecentos “se verificou a transição de uma monarquia de tipo corporativa (com relativa autonomia dos poderes locais) para uma de tipo absolutista, com todas as implicações resultantes, em especial o aumento da centralização política” (2006, p. 269). Conforme estudos mais recentes têm destacado sobre as concepções políticas que envolviam o exercício da governança no império ultramarino português (MONTEIRO & COSENTINO, 2013), a comunicação é um dos fatores centrais para a análise de seu sistema de poder, pois permite que se visualize a predominância de determinados espaços em relação a outros e as prioridades da monarquia. Tais

vínculos de comunicação, quando vistos para o século XVIII, especialmente no que diz respeito ao período das reformas pombalinas, denotam a centralidade que os governantes passaram a exercer na governação dos territórios ultramarinos. Contudo, tratar da “centralidade” dos governantes diz respeito a analisar a “centralidade do centro”, e não a centralização como fundamento básico da administração portuguesa, segundo o qual a comunicação política quase universal com a Corte era o ‘pressuposto decisivo da flexibilidade do sistema’”. (KÜHN, 2006, p. 272).

No que tange à administração das capitanias subalternas, especificamente quanto ao caso do Rio Grande de São Pedro, cabe destacar que a comunicação estabelecida pelo governador não se dava diretamente em direção ao centro metropolitano e, sim, ao Vice-rei, no Rio de Janeiro. Isso ocorria em função dos elementos de diferenciação entre as diferentes unidades políticas que compunham a América Portuguesa, caracterizando, portanto, o estabelecimento de uma “vertente dinâmica” de irradiação de poder que partia do centro para o restante do território, estabelecendo hierarquias e modos de sustentação das ligações entre as diferentes localidades por meio de redes de poder. (ABRIL, 2015, p. 21) Sob esses moldes, a nomeação dos governantes estava diretamente ligada a centralidade que os espaços exerciam dentro da monarquia pluricontinental portuguesa. Em se tratando das capitanias subordinadas, os critérios para convocação tendiam a ser menos aristocratizados, geralmente contando com fidalgos e militares experientes. Desse modo, as expectativas da coroa com relação a cada espaço determinavam diretamente as nomeações (CUNHA; MONTEIRO, 2005).

No caso da capitania do Rio Grande, em que a questão defensiva se impunha sobre as demais, a condição militar dos governantes era um fator essencial para o exercício administrativo. Para além desse fator, a nomeação de Sá e Faria justifica-se ainda pelo conhecimento prévio adquirido pelo cartógrafo sobre a região, quando das expedições de limites durante a década de 1750, sendo o empirismo, nesse momento, um dos principais recursos de que se poderia dispor sob tal conjuntura. Tal trajetória de reconhecimento pode ter sido um fator para a sua nomeação ao cargo administrativo, tanto pela questão estratégico-defensiva exigida pela conjuntura de invasão castelhana na vila de Rio Grande (1763), quanto pela familiaridade com a própria população local estabelecida pelo cartógrafo em anos anteriores. Com a ocupação em Rio Grande, único porto marítimo da região, se agravava a situação de instabilidade, assim como todo o aparato administrativo e o poder político da região foram realocados para o arraial de Viamão, ocasionando também alterações demográficas.

Em função desse contexto, as ações governativas de Sá e Faria estavam orientadas por um regimento, cujos pontos principais consistiam no assentamento dos casais açorianos, no controle das populações indígenas, no fomento da agricultura e na criação de uma povoação estratégica, colocando a defesa, seguida da economia e do povoamento, como questões fundamentais para a condução administrativa da capitania. (KÜHN et al., 2013, p. 58). A análise do governo de Sá e Faria, nesse sentido, deve ser orientada de modo a se verificar o que de fato é entregue em termos de prática administrativa: sejam os pontos prescritos no regimento, sejam aqueles

desempenhados em função das dinâmicas locais imediatas e que “desviavam” dos projetos metropolitanos. Isso porque, dentre todos os pontos presentes no regimento, apenas a criação da povoação de Taquari foi efetivamente tirada do papel, cabendo a esta pesquisa questionar até que ponto o envolvimento local pode ter sido um fator determinante para a prática administrativa de Sá e Faria, haja vista as irregularidades apontadas sobre a sua governação.

Conforme Kühn et al. (2013), os interesses das elites locais podem ter influenciado nas decisões sobre a repartição de terras por parte do governador, cujas determinações metropolitanas previstas no regimento concorriam e estavam sujeitas à negociação com as esferas de poder local, representadas nas elites mercantil e terratenente. Embora em números bem menos expressivos que outros governantes posteriores, Sá e Faria mantinha laços de compadrio com dois nomes importantes para o poder local, tendo apadrinhado filhos de Manuel Fernandes Vieira e Manuel Carvalho de Oliveira. Somado a isso, havia ainda a possibilidade de envolvimento do governador com um “bando” – entendido aqui como uma espécie de facção – liderado por Rafael Pinto Bandeira, indício de uma possível articulação com a *nobreza de terra* por parte de Sá e Faria.

Tais vínculos com a elite local não necessariamente estariam limitados às relações de compadrio. As questões de salvaguarda da capitania envolviam a criação de um aparato defensivo, a exemplo do acampamento de São Caetano, além do próprio pagamento dos soldos das tropas, sob o risco de deserção dos soldados. Entre as diversas requisições encaminhadas ao governo referentes ao ano 1765,

localizadas entre a documentação avulsa da provedoria da Fazenda, é recorrente que as solicitações de pagamento pelos soldados fossem aceitas e pagas em “couro”, dada a falta de recursos financeiros vindos do Rio de Janeiro. Tendo de lidar com essas questões sob uma conjuntura em que a falta de numerário comprometia a realização de funções defensivas básicas, uma forma de lidar com esse impasse seria a prática de arrecadação voluntária articulada com os comerciantes locais, muitas vezes responsáveis pelo empréstimo de dinheiro para pagamento das tropas e pelo fornecimento de mercadorias. A análise de tais relações, nesse sentido, permite que se visualize as redes que orbitavam a governança e as articulações entre poder político e administrativo a nível local.

Em linhas sumárias, dinâmicas como essa faziam parte do sistema de poderes nesse período, em que a autoridade metropolitana, representada na figura de seus governantes, disputava com representantes de poderes locais. A análise a ser empregada justifica-se a partir dessa leitura, visando abordar a comunicação do governador com outros setores da administração e as redes governativas em que José Custódio estava inserido, com o objetivo de analisar as técnicas administrativas e também de transferência de conhecimento postas em prática por Sá e Faria enquanto governador. Assim, levando em conta o caráter relacional entre poder e conhecimento, associação que “integrava movimentos e ações operacionalizadas por uma complexa rede de oficiais régios que atuavam através de um amplo espectro temporal e espacial” e pela qual “os ‘indivíduos’ se transformam em ‘centros de produção e transmissão’ tanto de poder, quanto de saberes, de conhecimento”

(GOUVÊA et al., 2004), cabe a esta pesquisa questionar em que medida uma trajetória voltada para a produção de conhecimento pode ter sido um fator para a ascensão a um cargo administrativo em uma capitania subalterna como o Rio Grande de São Pedro, assim como as articulações entre as diferentes esferas de poder presentes na prática administrativa.

Referências

AHRS. Avulsos da Fazenda. Maço 12.

AHRS. Avulsos da Fazenda. Maço 13. *Diversos documentos – 1766*.

ABRIL, Victor Hugo. *Governadores interinos: cotidiano administrativo e trajetórias no Rio de Janeiro (1705-1750)*. (Tese de Doutorado). UFF, 2015.

BODELÓN, Óscar Rico. “Qué fue de José Custodio?”. Um ingeniero dieciochesco en la frontera de los imperios iberoamericanos. *El Futuro del Pasado: revista electrónica de historia*, ISSN-e 1989-9289, nº. 5, p. 317-339, 2014. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4849690>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

CUNHA, Mafalda S. da; MONTEIRO, Nuno G. F. Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII. In: CUNHA, Mafalda S. da; MONTEIRO, Nuno G. F.; CARDIM, Pedro (Org.) *Optima Pars: Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

FRAGOSO, J.; GUEDES, R.; KRAUSE, T. *A América portuguesa e os sistemas atlânticos na Época Moderna: Monarquia pluricontinental e Antigo Regime*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

FRAGOSO, João; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. [org.] *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

GOLIN, Tau. *A fronteira: 1763-1778 – História da brava gente e miseráveis tropas de mar e terra que conquistaram o Brasil meridional*. Passo Fundo: Méritos, 2015. v.3.

GOUVÊA, M. F. S.; FRAZÃO, G. A.; SANTOS, M. N. Redes de poder e conhecimento na governação do Império Português, 1688-1735. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 96–137, 2004.

KÜHN, F. Os governadores da fronteira meridional: Colônia do Sacramento e Rio Grande de São Pedro (1680-1809). In: POSSAMAI, P. (Org.). *Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil – estudos de história militar na idade moderna*. São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 329-344.

KÜHN, Fábio. *Gente da Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – Século XVIII*. (Tese de Doutorado). Niterói: UFF, 2006.

KÜHN, Fábio; SILVA, Augusto; COMISSOLI, Adriano. Trajetórias sociais e práticas políticas nas franjas do Império. In: *história, histórias*. Brasília, vol. 1, n. 1, 2013. ISSN 2318-1729.

REIS, S. R. P. dos; CASTIGLIONE, F. J. *O Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria: de Portugal à América Meridional: uma trajetória*. Florianópolis: Officio, 2018.

SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.